
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 10ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES PERPÉTUAS, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA PRIMEIRA
SÉRIE, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, SEM GARANTIAS, PARA
COLOCAÇÃO PRIVADA,**

da

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – EM RECUPERAÇÃO
JUDICIAL**

Como Emissora

e, ainda,

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

Como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas

Curitiba, 03 de setembro de 2019.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 10ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES PERPÉTUAS, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA PRIMEIRA SÉRIE, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, SEM GARANTIAS, PARA COLOCAÇÃO PRIVADA,

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, 11º andar, CEP 80410-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.627.504/0001-06, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de emissora (“Emissora”);

E, de outro lado,

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA., instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, nos termos da Lei nº 9.514/97, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717 – 10º andar, CEP: 04530-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”);

vêm celebrar o presente *Instrumento Particular de Escritura da 10ª Emissão de Debêntures Perpétuas, Conversíveis em Ações, da Primeira Série, da Espécie Subordinada, Sem Garantias, Para Colocação Privada* (“Escritura”, “Emissão” e “Debêntures”), de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração da Emissora, nos termos da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de agosto de 2019 (“AGE da Emissora”) e da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de julho de 2019 (“RCA da Emissora”), nos termos do artigo 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei 6.404/76”) e do artigo 7º, inciso “f”, do Estatuto Social da Emissora, respectivamente. Por meio da AGE da Emissora e da RCA da Emissora (i) foram aprovadas as condições da presente Emissão, nos termos do artigo 59 da

Lei 6.404/76; e *(ii)* a Diretoria da Emissora foi autorizada a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações ali consubstanciadas, incluindo a celebração de todos os documentos necessários à concretização desta Emissão, dentre os quais esta Escritura.

2. REQUISITOS E FORMA

2.1. Forma: As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa ou escritural, podendo ou não haver a emissão de certificados, conforme o caso, nos termos do artigo 63 da Lei 6.404/76.

2.2. Titularidade: Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, pelo livro de registro de emissões de debêntures da Emissora e/ou pelos certificados das Debêntures emitidos pela Emissora, conforme o caso. Adicionalmente será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP e/ou pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP ou na B3.

2.3. Dispensa de Registro na CVM: Esta Emissão não será objeto de registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e na Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“Anbima”), uma vez que a Emissão será objeto de colocação privada, sem *(i)* a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários; ou *(ii)* qualquer esforço de venda perante investidores intermediados.

2.4. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação dos Atos Societários: As atas da AGE da Emissora e da RCA da Emissora serão devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado do Paraná (“JUCEPAR”) e publicadas no Diário Oficial do Estado do Paraná (“DOE”), no jornal Valor Econômico e no jornal BemParaná, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei 6.404/76, assim como seguirão este procedimento eventuais atos societários da Emissora posteriores, que sejam realizados em razão desta Emissão.

2.5. Arquivamento da Escritura na Junta Comercial: Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCEPAR, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei 6.404/76. Uma via original desta Escritura e de seus eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCEPAR deverão ser enviadas ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias corridos, contados da data do respectivo arquivamento. Qualquer aditamento à presente Escritura deverá conter, em seu anexo, a versão consolidada dos termos e condições da Escritura, contemplando as alterações realizadas.

2.6. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica: As Debêntures serão depositadas para:

(i) distribuição no mercado primário por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e

(ii) negociação no mercado secundário por meio do PUMA Trading System B3, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da B3; e

(iii) As Debêntures serão registradas em nome do titular na B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão - Segmento CETIP UTVM (“B3”), sendo a liquidação dos eventos realizados por meio da B3, considerando que as Debêntures estejam registradas em nome do Debenturista na data de cada evento de pagamento pela Emissora e nos termos desta Escritura.

3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

3.1. Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R\$121.550.040,00 (cento e vinte e um milhões, quinhentos e cinquenta mil, quarenta reais), na data de emissão.

3.2. Quantidade de Debêntures e Valor Nominal Unitário: Serão, no total, emitidas 121.550.040 (cento e vinte e um milhões, quinhentos e cinquenta mil e quarenta) Debêntures perpétuas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma (“Valor Nominal Unitário”), na data de emissão, da primeira série, não resgatáveis pelos Debenturistas da Emissora, exceto na hipótese específica prevista na Cláusula 13.1 abaixo.

3.3. Data da Emissão: A data de emissão será o dia 12 de agosto de 2019 (“Data de Emissão”).

3.4. Espécie e Número da Emissão: No caso de liquidação da Emissora, as Debêntures serão subordinadas a todos os credores da Emissora. As Debêntures representam a 10ª Emissão de Debêntures da Emissora.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Nos termos do plano de recuperação judicial apresentado pela Companhia e demais sociedades de seu grupo, aprovado em assembleia geral de credores em 13 de maio de 2015 e homologado judicialmente em 21 de maio de 2015, no âmbito de sua recuperação judicial, a qual se encontra em curso perante a 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Comarca da Capital de São Paulo, sob o processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037 (“Plano de Recuperação Judicial”), esta Emissão tem como objetivo quitar parte das dívidas da Emissora por meio da conversão de determinados créditos quirografários detidos em face da Emissora em debêntures, de acordo com a manifestação dos credores que optaram por converter seus créditos em debêntures nos termos do Plano de Recuperação Judicial, respeitado o direito de preferência dos acionistas da Emissora, de acordo com o art. 57, §1º, e o art. 171, §3º, da Lei 6.404/76.

5. SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO

5.1. Preço de Subscrição: As Debêntures deverão ser subscritas pelo preço de subscrição correspondente ao seu Valor Nominal Unitário, sem atualização monetária, juros ou outros encargos.

5.2. Integralização: Tanto na conversão dos créditos em Debêntures quanto no exercício do direito de preferência pelos acionistas, as Debêntures serão integralizadas no ato da subscrição, com créditos quirografários detidos em face da Emissora, no primeiro caso, ou com recursos em moeda corrente nacional, no segundo caso, no valor de R\$1,00 (um real) para cada Debênture de valor nominal de R\$1,00 (um real), observados os termos do Plano de Recuperação Judicial.

5.3. As Debêntures que não forem subscritas, bem como as Debêntures subscritas que não forem integralizadas, poderão, a livre critério da Emissora, ser canceladas.

6. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DAS DEBÊNTURES

6.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

7. BANCO LIQUIDANTE E ESCRITURADOR

7.1. O banco liquidante e o escriturador da Emissão é o Banco Finaxis S.A., instituição financeira com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, CEP 80.250-080, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.758.741/0001-52 (“Banco Liquidante” e “Escriturador”, cujas definições incluirão qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

8. REMUNERAÇÃO

8.1. Cada Debênture fará jus à remuneração de rendimento equivalente a um percentual do lucro líquido do exercício social da Emissora, conforme o art. 191 da Lei 6.404/1976, nos termos da fórmula abaixo:

$$VR = (L * X)$$

VR = Valor da remuneração de cada Debênture.

L = Lucro da Emissora, conforme definido no art. 191 da Lei 6.404/76.

X = É a razão entre o valor total de cada emissão de debênture e o valor do equity value final definido nos termos do Plano de Recuperação Judicial, isto é, 0,00000000524010756354082 (ou 0,0000000524010756354082%).

8.2. Referida remuneração será devida *pro rata temporis* desde a data de integralização prevista na Cláusula 5.2 acima.

9. PRAZO E LOCAL DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

9.1. Prazo: A remuneração devida às Debêntures, nos termos da Cláusula 8 acima, será paga, em moeda corrente nacional, no 31º (trigésimo primeiro) dia imediatamente subsequente ao da deliberação da assembleia geral de acionistas que houver aprovado as demonstrações financeiras relativas ao encerramento do exercício

social competente da Emissora e a consequente distribuição de dividendos relativos a referido exercício social, ou quando da disponibilização de dividendos aos acionistas da Emissora, no caso de distribuição antecipada de dividendos, o que ocorrer primeiro, e deverá ser acrescida da variação acumulada de 50% (cinquenta por cento) da taxa do Certificado de Depósito Interbancário, calculada pela taxa média diária de depósitos interbancários designada “Taxa DI – operações extra grupo”, expressa em porcentagem anual, com base em ano de 252 Dias Úteis (conforme definido abaixo), publicada diariamente pela CETIP, calculado sobre o valor devido total a título de participação, a partir da data da deliberação da assembleia geral ou da disponibilização de dividendos acima mencionadas, dependendo do caso, até a data do efetivo pagamento. O pagamento da remuneração deverá ocorrer em qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional (“Dia Útil”). Na hipótese de o vencimento da remuneração não coincidir com um Dia Útil, o pagamento será efetuado no primeiro Dia Útil subsequente. A EMISSORA assume o compromisso em proceder comunicação à B3, por escrito, sobre a data de pagamento da remuneração em até 02 (dois) dias uteis de antecedência da data do Evento.

9.2. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP e/ou pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na B3, conforme o caso; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador ou pela Emissora, conforme o caso, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na B3.

10. AJUSTES DA REMUNERAÇÃO

10.1. O percentual “X” mencionado na Cláusula 8.1 acima será simultânea e proporcionalmente ajustado nas reduções de capital com devolução aos acionistas de parte do valor das ações e nos aumentos de capital com ingresso de novos recursos, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da Data de Emissão.

10.2. Nos aumentos de capital por bonificação, nas reduções de capital para absorção de prejuízos acumulados, nos desdobramentos ou grupamentos das ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da Emissora não haverá qualquer ajuste na remuneração das Debêntures.

11. CONVERSIBILIDADE

11.1. As Debêntures serão conversíveis em ações ordinárias de emissão da Emissora (“Ações”) a qualquer tempo, a critério dos Debenturistas, à razão de 0,0141299865 Ações por Debênture convertida.

11.2. O Debenturista que detiver mais de uma Debênture poderá agrupar as frações de Ações a que tenha direito, com o fim de atingir um número inteiro, de modo a receber o maior número de ações possível. Após as frações de Ações resultantes da conversão das Debêntures de cada Debenturista terem sido agrupadas, apenas quantidades inteiras de Ações serão entregues a referido Debenturista, desprezando-se qualquer fração.

11.3. O número de ações a serem entregues por Debênture será simultânea e proporcionalmente ajustado aos aumentos de capital por bonificação, desdobramentos ou grupamentos de ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da Emissora, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da Data de Emissão, sem qualquer ônus para os titulares das Debêntures e na mesma proporção estabelecida para tais eventos.

11.4. Imediatamente após transcorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento pelo Escriturador ou pela Emissora da solicitação de conversão pelo Debenturista, o Escriturador ou a Emissora enviará notificações à instituição responsável pela escrituração das Ações, com cópia para a Emissora, no caso de envio pelo Escriturador, requerendo a conversão das Debêntures na quantidade solicitada pelo Debenturista, no 10º (décimo) dia corrido após a data de recebimento de referida notificação, respeitados os prazos e procedimentos constantes desta Escritura, e o registro para conversão das Debêntures na CETIP e/ou na B3 (“Notificação de Solicitação de Conversão”).

11.5. Para todos os efeitos legais será considerada como data de conversão das Debêntures o 10º (décimo) dia corrido contado do recebimento da Notificação de Solicitação de Conversão e/ou a data do registro da conversão das Debêntures na CETIP e/ou na B3 (“Data de Conversão”). Para as Debêntures que estiverem custodiadas na CETIP e/ou na B3, deverão ser observados os procedimentos operacionais previstos nos regulamentos da CETIP e/ou da B3. Observados os procedimentos operacionais e societários necessários, na Data de Conversão, serão entregues ao titular de Debênture que solicitou a conversão, o número de Ações a que tiver direito.

11.6. Todos os efeitos políticos e econômicos decorrentes da conversão das debêntures serão havidos, para todos os fins, como tendo ocorrido da Data da Conversão.

12. PROCEDIMENTO DE COLOCAÇÃO

12.1. As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem qualquer esforço de venda junto ao público em geral e sem a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição, não sujeitas ao artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, à Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003 da CVM e à Instrução nº 476, de 16 de janeiro de 2009 da CVM. Conforme mencionado na Cláusula 2.6 acima, as Debêntures serão registradas para custódia eletrônica e liquidação financeira de eventos na CETIP e/ou na B3.

13. PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO NA LIQUIDAÇÃO

13.1. Prazo: As Debêntures terão prazo indeterminado, vencível somente na hipótese de liquidação da Emissora.

13.2. Condições de Pagamento na Liquidação: Na hipótese da Cláusula 13.1 acima, os Debenturistas terão direito de receber por suas Debêntures o valor obtido em função da aplicação do percentual de que trata a Cláusula 8.1 acima, conforme eventualmente alterado nos termos da Cláusula 10 acima, sobre o patrimônio remanescente da Emissora. Referido valor será pago aos Debenturistas previamente ao reembolso dos haveres dos acionistas da Emissora.

14. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

14.1. A Emissora compromete-se desde já a informar e a enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. Deverá disponibilizar ainda, cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

14.2. A Emissora adicionalmente se obriga a:

- (i) Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
- (ii) Em até 60 (sessenta) dias corridos após o encerramento de cada trimestre de cada ano civil, fornecer aos Debenturistas:
 - (a) cópias das suas demonstrações financeiras completas para tal trimestre em forma satisfatória para os Debenturistas;
 - (b) um relatório sobre quaisquer fatos que possam substancialmente afetar os seus negócios e operações ou sua condição financeira;
- (iii) Em até 120 (cento e vinte) dias corridos após o encerramento de qualquer exercício, fornecer aos Debenturistas:
 - (a) cópias integrais de suas demonstrações financeiras para tal exercício (que deverão se encontrar de acordo com seus registros contábeis e preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, aplicados de forma sistemática), juntamente com o relatório dos auditores, tudo em forma satisfatória aos Debenturistas;
 - (b) cópias de quaisquer comunicados e/ou relatórios, enviados pelos administradores e/ou auditores relativamente à contabilidade financeira e outros sistemas, gerenciamento e contabilidade;
- (iv) Manter seu sistema de contabilidade, controle de custos, sistema de informações gerenciais, livros contábeis e outros registros, sempre de forma correta e atualizada, a fim de que possam refletir corretamente as condições financeiras da Emissora e os resultados de suas operações, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, aplicados de forma sistemática;
- (v) Conduzir seus negócios de forma diligente e eficiente, sempre de acordo com a melhor prática financeira e comercial;

- (vi) Permitir que os Debenturistas e/ou seus representantes legais visitem suas instalações, assim como que tenham acesso a seus livros e registros contábeis, sempre que para tanto for solicitada, de forma razoável, obrigando-se os Debenturistas, desde já, a guardar a devida confidencialidade;
- (vii) Manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (viii) Notificar os Debenturistas, pelo menos 15 (quinze) dias corridos antes da realização de cada Assembleia Geral Ordinária, e 8 (oito) dias corridos antes de cada Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, a respeito da convocação efetuada, indicando a respectiva ordem do dia, e fornecer aos Debenturistas, dentro de 90 (noventa) dias corridos após a realização da Assembleia, cópias de **(a)** todos os informes, relatórios e outras comunicações aos acionistas; e **(b)** as atas de tais assembleias;
- (ix) Obter e manter válidas, ou, sempre que for o caso, imediatamente renovar, todas as licenças, aprovações e autorizações necessárias à consecução de seus negócios e operações, e realizar e observar todas as condições e restrições contidas ou impostas à Emissora por quaisquer referidas licenças, aprovações ou autorizações, assim como cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos.

15. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

15.1. A Emissora declara e garante que:

- (i) Está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) A celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;

- (iii) Os representantes legais da Emissora, que firmam a presente Escritura, encontram-se investidos de poderes bastantes para tanto;
- (iv) Os termos desta Escritura não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora, suas controladoras, controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (v) Esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e perfeita da Emissora, vinculando a si e seus sucessores, a qualquer título, bem como sendo exequível, de acordo com os seus termos e condições, independentemente das formalidades de registro a que se submeterá;
- (vi) A celebração da presente Escritura e a emissão das Debêntures não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora, controladores, controladas e/ou coligadas sejam partes ou ao qual seus bens e propriedades estejam vinculados, nem resultará em: *(a)* vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, *(b)* criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, controladores, controladas e/ou coligadas ou *(c)* rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; e
- (vii) As demonstrações financeiras da Emissora refletem, de forma adequada, fiel e completa, a posição financeira da Emissora, controladas e/ou coligadas em tais datas, assim como seus ativos, passivos e contingências, de forma consolidada, e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.

15.2. Sem prejuízo de quaisquer direitos dos Debenturistas, nos termos desta Escritura e da lei, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente os Debenturistas, caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se, total ou parcialmente, inverídicas, incompletas ou incorretas.

16. DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

16.1. Os titulares das Debêntures objeto desta Emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da

Lei 6.404/76, a fim de deliberar sobre qualquer matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

16.2. Aplica-se à assembleia de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei 6.404/76 sobre assembleias de acionistas.

16.3. A assembleia geral de Debenturistas pode ser convocada *(i)* pela Emissora; *(ii)* pelo Agente Fiduciário; ou *(iii)* por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação.

16.4. A assembleia geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

16.5. Serão excluídas do quórum de instalação, as Debêntures que se encontrarem em tesouraria da Emissora, ou de titularidade de suas coligadas ou controladas.

16.6. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias gerais de Debenturistas, sendo certo que os Debenturistas poderão discutir e deliberar sem a presença destes, caso desejarem.

16.7. A presidência e a secretaria da assembleia geral de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos pelos titulares das Debêntures.

16.8. Nas deliberações da assembleia geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos votos dos Debenturistas presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e na hipótese de modificação das condições das Debêntures, que deverá ser deliberada por Debenturistas que representem mais da metade das Debêntures em circulação.

16.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

16.10. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, em assembleias gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns nesta Escritura, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em

circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas assembleias gerais de Debenturistas.

17. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

17.1. A Emissora, neste ato e pela melhor forma de direito, nomeia o Agente Fiduciário, que formalmente aceita a sua nomeação, para, nos termos da lei e desta Escritura, desempenhar os deveres e as atribuições que lhe competem, sendo-lhe devida uma remuneração nos termos da lei e desta Escritura, e representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

17.2. Atuando como representante dos Debenturistas, o Agente Fiduciário declara:

- (i) Aceitar integralmente a presente nomeação e Escritura, em todas as suas cláusulas e condições, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (ii) Não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas nos artigos 9º, inciso II, e 10 da Instrução CVM nº 28/1983;
- (iii) Sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal para o exercício da função que lhe é atribuída, conforme o § 3º do artigo 66 da Lei 6.404/76 e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28/1983;
- (iv) Ter verificado, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas no Termo, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) Não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (vi) Estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- (vii) Estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

- (viii) Ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (ix) Que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (x) Que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário.

17.3. Incumbe ao Agente Fiduciário ora nomeado, principalmente:

- (i) Zelar pela proteção dos direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens, acompanhando a atuação da Emissora;
- (ii) Exercer, na hipótese de insolvência da Emissora, as ações cabíveis perante a Emissora;
- (iii) Renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iv) Conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência, e demais papéis em geral relacionados ao exercício de suas funções, que sejam comprovadamente recebidos, de forma inequívoca;
- (v) Verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura;
- (vi) Manter atualizada a relação de Debenturistas e seus endereços, conforme listagem obtida na CETIP e/ou na B3, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;
- (vii) Adotar as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à defesa dos interesses dos Debenturistas; e

(viii) Verificar o integral e pontual pagamento dos valores devidos aos Debenturistas, conforme estipulado nesta Escritura.

17.4. O Agente Fiduciário receberá da Emissora como remuneração pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem com relação as debentures da 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, incluindo a 10ª e 11ª emissões, nos termos da lei e dessa Escritura, parcela única de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), que já foi pago quando da assinatura das escrituras da 6ª e 7ª emissões. Em decorrência dos honorários, serão devidas parcelas trimestrais de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para o acompanhamento padrão dos serviços de Agente Fiduciário com relação as debentures da 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, incluindo a 10ª e 11ª emissões, devidas 5 (cinco) dias corridos após a data de assinatura das escrituras da 6ª e 7ª emissões e as demais nas mesmas datas dos trimestres subsequentes.

17.5. Os valores a serem pagos ao Agente Fiduciário a título de remuneração e honorários são líquidos de impostos, de modo que, não incluem as despesas relativas ao: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IRRF, bem como outros quaisquer que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário. Alíquotas aplicáveis: IR = 1,5%, ISS = 5,00%, PIS = 0,65%, COFINS = 3,00%, CSLL = 1,00% totalizando 11,15% (*gross-up*).

17.6. O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda que, caso não haja aprovação prévia, com o risco de não ter tais despesas reembolsadas pela Emissora ou pelos Debenturistas, caso tenham sido realizadas em discordância com: (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

17.7. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em

inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

17.8. O Agente Fiduciário poderá ser substituído nas hipóteses de ausência ou impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro caso de vacância, devendo ser realizada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contado da ocorrência de qualquer desses eventos, assembleia geral dos Debenturistas, para que seja eleito o novo agente fiduciário.

17.9. O Agente Fiduciário poderá ser destituído:

- (i) Pela CVM, nos termos da legislação em vigor;
- (ii) Por deliberação tomada pela maioria dos votos dos Debenturistas presentes em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (iii) Nas hipóteses de descumprimento das incumbências mencionadas na Cláusula 17.3 acima.

17.10. O Agente Fiduciário eleito em substituição assumirá integralmente os deveres, atribuições e responsabilidades constantes da legislação aplicável e deste Termo.

17.11. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura.

17.12. Os Debenturistas poderão nomear substituto provisório nos casos de vacância por meio de voto da maioria absoluta destes.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

18.2. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando a Emissora por si e seus sucessores, independentemente de serem ultimados os registros necessários, gerando desde logo direito de crédito aos Debenturistas, tão logo firmado os respectivos boletins de subscrição das Debêntures.

18.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se a Emissora, de boa-fé, a substituir as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

18.4. A Emissora será responsável por efetuar o pagamento de todos os tributos, taxas, emolumentos e outras obrigações tributárias, inclusive aqueles devidos na condição de responsável tributário, e despesas presentes e futuras, devidas em virtude da lavratura e registro desta Escritura ou incidentes sobre as Debêntures e esta Escritura.

18.5. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os endereços abaixo. As comunicações aos Debenturistas deverão ser enviadas para o Agente Fiduciário.

Para a Emissora:

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373 Conjunto 1101, 11º andar, Centro, Curitiba/PR
CEP 80410-180

Tel.: (41) 3025-1301

E-mail: iraja.andrade@iesa.com.br

At.: Irajá Galliano Andrade – Diretor Administrativo-Financeiro

Para o Agente Fiduciário:

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717 – 10º andar – Itaim Bibi
São Paulo/SP

CEP 04530-001

Tel.: (11) 3048-9900

E-mail: fiduciario@slw.com.br

At.: Nelson Santucci Torres

Para o Escriturador e Banco Liquidante:

BANCO FINAXIS S.A.

Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Curitiba/PR

CEP 80.250-080

Tel.: (11) 3526-9001

E-mail: estruturacao@finaxis.com.br

At.: Henrique Noronha

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663 - 4º andar

01452-001, São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

Para a B3:

B 3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

Praça Antonio Prado, 48, 2º andar, São Paulo/SP

CEP 01010-010

Telefone: (11) 2565-7372

18.6. As comunicações serão realizadas de maneira eficaz se feitas por escrito, assinadas por ou em nome da parte. Referidas comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios ou pelo cartório, nos endereços acima. As comunicações realizadas pessoalmente serão consideradas entregues na data de entrega e aquelas realizadas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias corridos após o envio da mensagem.

18.7. A Emissora deverá informar o Agente Fiduciário e este, a Emissora, a respeito de qualquer alteração dos endereços indicados.

19. FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, observados os termos acima, a Emissora firma a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, 03 de setembro de 2019.

Emissora:

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – EM RECUPERAÇÃO
JUDICIAL**

Nome: Irajá Galliano Andrade
Cargo: Diretor Administrativo-
Financeiro

Nome: Manacesar Lopes dos Santos
Cargo: Diretor de Relações com
Investidores

Agente Fiduciário:

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:
RG:
CPF:

Nome:
RG:
CPF: